



A NOVA ORDEM MUNDIAL E A MISSÃO DAS FORÇAS ARMADAS(*)

Carlos de Meira Mattos

A "Nova Ordem Mundial" foi abordada em nosso editorial da edição Jul/Set 92.

Aqui, novas facetas do tema são reveladas e é destacado o papel das forças armadas em função dele.

No que diz respeito às Forças Armadas do Brasil, o autor defende que "a não ser que se aceite a tese de que soberania e autodeterminação nacional não são mais valores importantes, parece difícil se argüir sobre a inutilidade e a redução de nossas forças armadas".

A NOVA ORDEM MUNDIAL

O Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Sr. Richard Cheney, em visita a Brasília, em fevereiro último, manteve encontros com o nosso Presidente, com os Ministros Militares e o Chefe do EMFA, tendo trocado impressões so-

bre os problemas relacionados com a Nova Ordem Mundial, assunto de que o governo de Washington vem se preocupando após a desagregação do poder da União Soviética. Outras questões menores foram tratadas nos encontros realizados, entre as quais o combate ao narcotráfico.

A desagregação do bloco soviético decretou o fim da bipolaridade nos campos da política e da estratégia mundiais.

(*) Selecionado pelo PADECEME

A primeira notícia que tivemos sobre a concepção norte-americana de Nova Ordem Mundial está contida numa conferência pronunciada em abril de 1991, pelo ex-Secretário de Defesa, Robert McNamara. Nessa conferência, realizada no Banco Mundial, objetivando aparentemente um estudo de redução de orçamentos militares dos países em desenvolvimento, o Sr. McNamara desenvolve a tese de que a paz e segurança do mundo, após o fim da guerra fria, devem ser asseguradas pelos Estados Unidos, juntamente com os "grandes" (Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Japão e Canadá). O Sr. McNamara refere-se a esse grupo como G-7 (Great 7).

Como premissa básica para o funcionamento do novo sistema destinado a assegurar a paz e segurança no planeta, o Sr. McNamara estabelece as seguintes condições:

- renúncia pelos 7 grandes do uso da força nas disputas entre si;
- renúncia de cada um dos "grandes" de praticar atos de força unilaterais para a solução de conflitos regionais;
- acordo com o Conselho de Segurança da ONU, no sentido de que os conflitos regionais que venham a colocar em perigo a integridade territorial de qualquer país, sejam solucionados através da aplicação de sanções econômicas e, quando necessário, de ações militares, impostas por decisões coletivas e utilizando forças multinacionais.

O funcionamento deste sistema exige uma nação líder, e esta missão seria exercida pelos Estados Unidos, sugere o Sr. McNamara (como acon-

teceu na guerra do Golfo Pérsico).

De abril de 1991 até hoje, idéias expostas pelo ex-Secretário da Defesa foram discutidas em quase todos os fóruns internacionais relacionados com os estudos políticos e estratégicos. Sobre estas idéias já se pronunciaram o Presidente da França, Mitterand, o Ministro de Relações Exteriores da Inglaterra, John Major e o chanceler alemão, todos, com pequenas "nuances", aceitando o esquema básico da Nova Ordem, proposto por McNamara.

Vale a pena assinalar que a queda do Muro de Berlim e suas repercussões no panorama mundial, teve o efeito semelhante a um final da esperada 3ª Guerra, conflito armado que não aconteceu porque um dos contendores foi derrotado sem a necessidade de decisão militar. Realmente, com o desmonramento da estrutura política e militar do socialismo soviético, o grupo ocidental liderado pelos Estados Unidos, viu-se numa posição histórica muito semelhante à dos vencedores da 1ª Grande Guerra (1914-1918) ou dos vitoriosos da 2ª Guerra Mundial (1939-1945). Os líderes das potências democráticas viram-se diante da necessidade de compor uma ordem mundial que assegurasse a paz duradoura para todo o planeta. Este o compromisso moral que haviam assumido perante a humanidade.

Em nome da paz e da segurança, foi criada, em 1919, a Liga das Nações, com sede em Genebra, que seria depositária e fiadora dos postulados idealísticos contidos nas promessas do Presidente Wilson, de Lloyd George e de Clemenceau. Não vingou.

ram, então, os anseios de paz universal e de segurança para todas as nações, contidos na Carta da Liga das Nações. No final da década de 30, já estava o mundo novamente envolvido na teia das ameaças bélicas que finalizaram com o irrompimento da 2.ª Guerra Mundial (1939). Terminada esta, os estadistas das principais potências vitoriosas, Truman (Roosevelt já havia falecido), Churchill, Attle e De Gaulle, viram-se diante da missão de honrarem suas promessas democráticas de um mundo melhor, mais justo e mais tranqüilo. Novamente os princípios de paz e segurança imperaram na criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Mais uma vez verificou-se que as ambições políticas e econômicas predominaram sobre as intenções de um mundo melhor.

Segundo as estatísticas extraídas de respeitáveis publicações internacionais, como o Instituto de Pesquisa para a Paz, de Estocolmo (IPRIS) e o Centro de Estudos Estratégicos de Londres, neste período de 47 anos que decorreu da assinatura da Carta da ONU, cujo propósito foi reestruturar a política e a estratégia mundial visando à paz e à segurança universal, ocorreram no planeta 125 conflitos armados regionais causando 4 milhões de mortos. Este o período chamado de "paz".

Eis porque, agora, vencedores sem guerra, as potências ocidentais se empenham, novamente, em estabelecer uma Ordem Mundial que retome os propósitos de paz e segurança internacionais, perseguidos, sem sucesso, sucessivamente pela Liga das Nações e pela ONU.

O modelo que tem servido de base

aos estudos dos organismos e institutos de pesquisas europeus é o aludido projeto McNamara, cujos fundamentos resumimos no começo deste artigo.

Nos Estados Unidos, também, a formulação da Nova Ordem Mundial vem sendo objeto de estudos e análises intensivos de parte dos órgãos do governo e institutos acadêmicos. Recentemente, na revista *Comparative Strategy*, 1.º número de 1992, o analista Louis Huddleston, do War College, informa-nos sobre as correntes de opinião que ali se formaram na avaliação da política e da estratégia do país para atender às necessidades do mundo do presente e do futuro. Segundo esse autor, os politicólogos e estrategistas norte-americanos estão divididos entre duas posições principais: uma que defende o exercício pelo país de sua hegemonia nacional sem interferências estranhas; outra que julga que esta hegemonia nacional deve ser exercida em cooperação com o grupo dos "grandes", que exerce enorme influência nas decisões da ONU e dos organismos financeiros internacionais (Banco Mundial, FMI, Clube de Paris, etc.).

O jornal norte-americano *New York Time*, de 08 de março último, divulgou o resumo de um documento de autoria da Secretaria de Defesa. Nesse documento a Secretaria de Defesa, que tem à frente o Sr. Richard Cheney, teria já optado pela posição de hegemonia nacional direta, sem interferências de terceiras potências ou de organizações internacionais. Baseado na posição da Secretaria de Defesa diz o *New York Time*: "num mundo em que os Estados Unidos desempenham o papel de uma superpotência, por seu po-

derio militar ou por seu comportamento construtivo de mais forte, melhor preparado e mais apto a garantir a estabilidade e a democracia". O documento aconselha os Estados Unidos a manterem forte presença na OTAN, a defenderem os países do leste europeu originários do Pacto de Varsóvia, a assegurarem a proteção militar da Arábia Saudita e do Kuwait e a se prevenirem contra o crescimento das tendências hegemônicas regionais, da parte, particularmente, do Japão e da Coreia do Sul e, para isto, manterem uma presença militar de 1ª magnitude na região asiática do Pacífico.

Analisando os conflitos passados e os previsíveis, o analista Huddleston aponta uma deficiência na Carta da ONU que, no caso da proposta de McNamara, se não for corrigida, dificultará a intervenção militar coletiva em tempo útil, em caráter preventivo. O artigo 43 da Carta da ONU, capítulo VII, prevê a criação de força militar de emergência apenas para atender a situações específicas. Não autoriza a existência de uma força internacional permanente. Não dispendo o Conselho de Segurança de uma força internacional permanente, sua ação, dentro da doutrina que seria criada pela "Nova Ordem", perderia efetividade e oportunidade, pois sua organização só poderia ser iniciada após o alastramento do conflito. O autor Huddleston aproveita-se do exemplo do caso do conflito do Golfo Pérsico opinando que, se o Conselho de Segurança dispusesse de uma força internacional permanente, poderia ter ocupado o Kuwait, por solicitação de seu governo, antes que Sadam Hussein tivesse con-

cretizado suas ameaças militares.

Não há dúvidas de que a estratégia política e militar que os Estados Unidos defendem para atender à concepção de Nova Ordem terá repercussões em todos os países. Obrigar, a cada um, a uma reformulação de sua política exterior e de sua estratégia militar. Mais do que isto, abalará profundamente a pedra fundamental do instituto do direito internacional relativo ao princípio de soberania da Nação-Estado. Nessa Nova Ordem, como foi delineada acima, a plenitude do direito de autodeterminar-se, de autogovernar-se, de todos os estados estará em sério perigo.

A posição brasileira na Nova Ordem Mundial, ora em cogitação, baseada em qualquer das hipóteses acima aventadas, no exercício de um poder hegemônico mundial, seja por ação direta, seja através de organismos internacionais, não é a que mais convém aos interesses de nosso país.

O Brasil, num mundo multipolar ou bipolar (depois da 2ª Grande Guerra), sempre teve o seu "peso estratégico", resultante de sua liberdade de opção política. Mesmo alinhados no bloco ocidental, nosso alinhamento nunca foi automático e sempre nos sobrou uma margem de negociação política.

No cenário hegemônico de um só poder, nosso peso estratégico se reduzirá, apenas, ao nosso valor real no conceito internacional, em termos de desenvolvimento tecnológico, econômico e social; perdemos a capacidade de participar do jogo estratégico dos poderes em confronto.

Anunciam os estudiosos da política

e da estratégia, que esta situação de hegemonia do poder será transitória e que voltaremos, brevemente, à multipolaridade com a consolidação de 4 a 5 blocos — América do Norte, Canadá e México (incluindo ou não a América Latina), Comunidade Europeia, um ou dois blocos asiáticos, sob a liderança respectiva do Japão ou do Japão e da China e a Comunidade Russa (hoje em busca de uma consolidação). Assim, será melhor para o Brasil.

A MISSÃO DAS FORÇAS ARMADAS

O Papel das Forças Armadas

Os países atingidos pela descompressão resultantes do fim do antagonismo militar leste-oeste estão reavaliando a missão e a estrutura de suas forças armadas.

A desagregação do império soviético deixou disponível a enorme máquina bélica do Pacto do Atlântico fortalecida no curso de 45 anos pelo antagonismo bélico contra as forças do Pacto de Varsóvia.

O clima de tensões político-militares, desenvolvido durante o longo período da chamada guerra fria, propiciou dois tipos de confrontos: um direto, entre dois grupos de nações congregadas em torno dos Pactos do Atlântico e de Varsóvia, e outro indireto, envolvendo quase todo o chamado 3.º mundo, visado pelas tentativas de irradiação ideológica do comunismo internacional. As nações do 3.º mundo que não aceitaram a sedução de Mos-

cou, introduzida no interior de suas fronteiras, tiveram que se defender com medidas políticas enérgicas e até mesmo usando a força militar.

No decorrer das quatro décadas da “guerra fria”, várias estratégias de infiltração no 3.º mundo foram inventadas pelos líderes vermelhos, tais como “a revolução das cem flores” de Mao Tse Tung e a tática do dominó, tentada por Che Guevara.

Essas tentativas de subversão interna da ordem democrática obrigaram as forças armadas das nações visadas a se empenharem na luta pela defesa interna.

O alívio, provocado pelo desmembramento do império soviético atingiu principalmente os países envolvidos no confronto militar direto, mas, também aqueles, que como nós, tiveram que se engajar em missões de segurança interna.

Alegar-se, entretanto, que o fim da ameaça comunista significa o término do perigo de guerra, é uma utopia só admissível em pessoas ingênuas ou de má fé.

O fenômeno da guerra é uma marca trágica que acompanha a humanidade desde seus primórdios. Nunca foi possível eliminá-la. Tem sido, em todas as épocas, motivo de estudos e discussões entre filósofos e sociólogos que não encontrando como evitá-la perguntam — será a guerra um produto inerente à índole possessiva do ser humano, confirmando assim a sentença do filósofo Hobbes, “o homem é o lobo do homem”.

Duas das mais expressivas inteligências e culturas deste século, Einstein e Freud, preocupados com o

fenômeno da guerra, trocaram correspondência em 1932; dessas longas cartas extraímos os seguintes trechos:

Einstein — “Existe alguma forma de livrar-se a humanidade da ameaça de guerra?”

Freud — “É um princípio geral que os conflitos de interesses entre os homens são resolvidos pela via da violência. É isto o que se passa em todo o reino animal, do qual o homem não terá motivo para se excluir.”

Continuando suas considerações, o pai da psicologia conclui que “o fortalecimento do intelecto e a internalização dos impulsos agressivos, graças ao processo de civilização, poderá vir a conter, no homem, os instintos animais” (Obras Completas, S. Freud, Volume XXII).

Os Estados modernos continuam submetidos ao perigo das guerras (basta passar os olhos ao que está acontecendo no mundo). Não há porquê, sensatamente, pensar-se em eliminar-se de sua estrutura o segmento militar. Sem este, o Estado perde o respeito no cenário internacional perante os demais que não revelam intenção de se desarmar. Vale a pena, aqui, recordarmos o pensamento de Raymond Aron, “a relação entre os Estados é uma relação de poder?”

As forças armadas desempenham no contexto político um duplo papel — de instrumento de defesa e de instrumento de dissuasão. A dissuasão é uma prevenção de defesa, é a pré-defesa; atua no sentido de desestimular aventuras políticas e militares; se as não evita, ao menos impõe-lhes um preço, o preço a pagar, isto é, a estratégia de dissuasão tem sido, no decor-

rer da história, o mais eficaz antídoto contra as agressões; a agressão provoca a guerra, a dissuasão a contém.

Missão das Forças Armadas do Brasil

Vejamos, em linhas gerais, o problema de defesa do Brasil. Já vimos que é utópica a idéia de que o fim do conflito bipolar representou o milagre do fim das agressões bélicas.

O Brasil possui dois patrimônios essenciais a zelar — sua vontade soberana e seu território. Soberania é o poder de autodeterminar-se sobre os problemas de interesse de nacionalidade. Não há nação do mundo que não viva num quadro de conflito de interesses, o seu e o dos outros: esta é a dinâmica da vida internacional. Ora, somos um país com uma fronteira terrestre de 15.719km e que tem que conviver com 10 vizinhos. Ocupamos, no Atlântico Sul, posição de *vis a vis* com 20 países africanos e aí nos posicionamos com imenso litoral, de 7.408km. Pelo oceano nos comunicamos com o resto do mundo. O Atlântico Sul é o caminho de 95% de nosso comércio internacional e é também uma das mais importantes vias estratégicas do planeta. Não será possível, tendo em vista os interesses de nossa política internacional e de nossa segurança, despojar-nos da pequena força armada de que dispomos, encarregada de desempenhar as duas missões que acima mencionamos — dissuasão e, em última instância, defesa.

Senhores do 5º território em extensão e da 6ª população em escala

A NOVA ORDEM MUNDIAL E A MISSÃO DAS FORÇAS ARMADAS

Países vizinhos	Superfície (mil km ²)	População (milhões)	Defesa Militar PIB %	OBS
Brasil	8.511	145,500	0,58	Informações referentes
Argentina	2.766	31,928	1,01	ao ano-base de 1990,
Uruguai	176	3,077	2,11	extraídas de várias
Paraguai	406	4,300	1,4	fontes, entre as quais,
Bolívia	1.098	7,195	5,1	Military Balance
Peru	1.285	21,800	5,0	(Londres), Balance
Colômbia	1.141	32,316	1,8	Militar (Madrid), Sipris
Venezuela	912	19,700	1,4	(Estocolmo).
Outros				
Estados Unidos	9.372	250,858	8,0	
México	1.958	84,275	0,6	
Cuba	110	10,510	3,8	
Nicarágua	120	3,745	17,2	
África do Sul	1.221	32,224	4,3	
Nigéria	936	115,973	0,8	
Índia	3.287	811,817	3,5	

mundial mantemos um efetivo de reduzida força armada, de 324.200 homens, e que consome apenas 0,58% de nosso produto interno bruto. Vejamos, comparativamente, no quadro acima, como o nosso segmento militar se apresenta diante de alguns países vizinhos e de outros continentes.

O quadro foi concebido fiel ao conceito universalmente aceito de que, em tempo de paz, há uma relação de causa e efeito entre a grandeza do patrimônio a proteger (território e população) e o instrumento de proteção (força armada).

Em que pese ser o Brasil, entre os 14 países analisados (7 nossos vizinhos

continentais, 2 da América Central, 2 da América do Norte e 2 da Costa Atlântica da África), o que oferece menor percentual de despesa militar, somos, depois dos Estados Unidos, o 2º país de maior patrimônio geográfico a defender.

A não ser aqueles que se deixaram embalar pelos sonhos pacifistas ou aqueles que estão dispostos a entregar a defesa de nossa soberania a outros países ou a organizações internacionais militarizadas, ninguém mais, de bom senso e patriota, poderá alimentar a idéia de que o fim da guerra fria aconselha-nos reduzir os efetivos de nossas forças armadas.

A missão de nossas forças armadas pouca alteração sofreu com o término do confronto bipolar. Em termos de segurança externa desapareceu a hipótese remota de irmos a participar de operações de defesa do território ou expedições (a exemplo da FEB) no quadro de alianças com os países do Ocidente. Mas, em compensação, aumentou a possibilidade de termos que concorrer na organização de Forças de Paz, no âmbito da ONU ou da OEA. Neste momento participamos de Forças de Paz em Angola e em El Salvador. Fomos consultados sobre a nossa presença na Força de Paz da ONU na Iugoslávia e em Moçambique.

No tocante ao outro aspecto da missão, segurança interna, o alívio permitido pelo desaparecimento das ameaças do comunismo internacional foi substituído por ameaças preocupan-

tes em nossas regiões fronteiriças, principalmente no vazio demográfico da fronteira Norte, onde vem se agravando os perigos de violação territorial pelo narcotráfico, pelo contrabando de ouro e outros minerais e pelas pressões desnacionalizantes de tribos indígenas apoiadas por organizações internacionais. Podemos afirmar que, em termos de segurança interna, na vasta e desocupada região fronteiriça amazônica, cuja responsabilidade somente as forças armadas têm meios para proteger, crescem dia a dia as ameaças à nossa soberania.

Em conclusão, a não ser que se aceite a tese de que soberania e autodeterminação nacional não são mais valores importantes, parece difícil se argüir sobre a inutilidade e a redução de nossas forças armadas.



O General-de-Divisão RI CARLOS DE MEIRA MATTOS foi comandante do Destacamento Brasileiro da Força Interamericana de Paz, FAIBRÁS, como coronel. Comandou a Academia Militar das Agulhas Negras e Infantaria Divisionária da 7ª Divisão de Infantaria (ID-7) em Natal, RN. Foi também Vice-Presidente da Junta Interamericana de Defesa, em Washington, EUA. Geopolítico de renome internacional. Doutor em Ciências Políticas pela Universidade Mackenzie, e um colaborador constante de nossas revistas militares e autor de inúmeros livros, alguns destes editados pela BIBLIEX.